

**ATA NÚMERO 270/XIII/4.ª SL**

Aos dois dias do mês de maio de 2019, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Aprovação da ata n.º 258;**
- 2. Votação do Relatório da Audição do Dra. Maria Margarida de Lucena C. C. Corrêa de Aguiar, no âmbito da proposta de designação para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da ASF; Relator: Nuno Sá (PS)**
- 3. Votação do Relatório da Audição do Doutor Manuel Caldeira Cabral, no âmbito da proposta de designação para o cargo de Vogal do Conselho de Administração da ASF; Relatora: Sara Madruga da Costa (PSD)**
- 4. Discussão do Projeto de Resolução n.º 2103/XIII/4.ª (PSD) - "Recomenda ao governo que o Imposto de Valor Acrescentado cobrado sobre campanhas de angariação de fundos de solidariedade via telefone seja revertido diretamente para a própria causa que encerra a campanha";**
- 5. Definição da metodologia de trabalho relativo às Apreciações Parlamentares n.º 120/XIII/4.ª - "Decreto-Lei n.º 19/2019, de 28 de janeiro, que "aprova o regime das sociedades de investimento e gestão imobiliária"; - e n.º 122/XIII/4.ª - "Decreto-Lei n.º 19/2019, de 28 de janeiro, que "Aprova o Regime das Sociedades de Investimento e Gestão Imobiliária (SIGI)";**
- 6. Outros assuntos.**

**1. Aprovação da ata n.º 258;**

A ata foi aprovada por unanimidade.

**2. Votação do Relatório da Audição do Dra. Maria Margarida de Lucena C. C. Corrêa de Aguiar, no âmbito da proposta de designação para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da ASF;**

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) solicitou o adiamento deste ponto da OD para a próxima reunião, na próxima semana.

**3. Votação do Relatório da Audição do Doutor Manuel Caldeira Cabral, no âmbito da proposta de designação para o cargo de Vogal do Conselho de Administração da ASF;**

A Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) também pediu o adiamento deste ponto para a próxima reunião, solicitando ainda a ata relativa à audição do Doutor Manuel Caldeira Cabral.

A Senhora Presente anuiu, informando que os serviços de apoio à Comissão darão prioridade à redação desta ata.

**4. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 2103/XIII/4.ª \(PSD\)](#) - "Recomenda ao governo que o Imposto de Valor Acrescentado cobrado sobre campanhas de angariação de fundos de solidariedade via telefone seja revertido diretamente para a própria causa que encerra a campanha";**

A Senhora Deputada Liliana Silva (PSD) apresentou o requerimento e os seus fundamentos. No PJR recomenda-se que a receita de IVA das campanhas telefónicas para ajudar as vítimas do ciclone Idai, em Moçambique, seja revertida para a própria causa que encerra a campanha.

O Senhor Deputado Fernando Rocha Andrade (PS) notou que o título não refere Moçambique, estando em causa a consignação de receita de IVA para apoiar aquela meritória causa. Lembrou que o Governo, no caso das campanhas de apoio às vítimas dos incêndios de Pedrogão já tinha adotado o mesmo princípio, ou seja, determinar o montante de receita de IVA que foi depois encaminhado a favor da causa. Considerou todavia, que esse princípio não estava bem explicitado na parte resolutiva do texto

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) considerou o objetivo do requerimento claro e meritório, considerando todavia que a forma adotada não será a mais correta, podendo até ser impraticável. Sublinhou que a receita de IVA não está consignada e como tal, não se pode fazer tal recomendação ao Governo. É uma decisão que, no seu entendimento, carece de autorização legislativa do Parlamento. Sugeriu que, após determinação do montante de IVA em causa, se afete à rubrica da Lei do Orçamento do Estado, no âmbito da ajuda à cooperação, a utilização de igual montante a favor desta causa. Conclui sugerindo o apuramento e aprimoramento desta recomendação.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) manifestou a sua concordância com os objetivos e o racional desta iniciativa mas acompanha os Deputados Fernando Rocha Andrade e Paulo Sá nas dúvidas e reservas que levantaram. Também exprimiu dúvidas relativamente às soluções apresentadas, admitindo que a via legislativa possa ser a melhor forma para alcançar aquele objetivo.

A Senhora Presidente interveio para sugerir que, em havendo acordo, se proceda à reformulação do texto da iniciativa visando o seu aperfeiçoamento.

A Senhora Deputada Liliana Silva (PSD) concluiu o debate anunciando a aceitação de todos os contributos já dados bem como a disponibilidade para acolher outros que os Deputados queiram entretanto acrescentar. Também informou que o PSD procederá à reformulação do PJR, remetendo posteriormente o texto de substituição.

**5. Definição da metodologia de trabalho relativo às Apreciações Parlamentares n.º [120/XIII/4.ª](#) - "Decreto-Lei n.º 19/2019, de 28 de janeiro, que "aprova o regime das sociedades de investimento e gestão imobiliária"; - e n.º [122/XIII/4.ª](#) - "Decreto-Lei n.º 19/2019, de 28 de janeiro, que "Aprova o Regime das Sociedades de Investimento e Gestão Imobiliária (SIGI)";**

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) solicitou que fosse fixado prazo para envio da lista de entidades para audição, adiantando que o PSD gostaria de ouvir a Autoridade Tributária (porventura juntando na mesma audição a apreciação de outras iniciativas), a APFIPP, a Euronext e a EPRA.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) informou que o PS enviaria, até final do dia, a proposta de lista com entidades para audição.

## **6. Outros assuntos.**

A Senhora Presidente auscultou o diferente GP relativamente às grelhas a aplicar nas próximas audições, nomeadamente as que ocorrerem no âmbito de processo legislativo.

Os Deputados João Paulo Correia (PS), Duarte Pacheco (PSD) e António Leitão Amaro (PSD) também debateram a pertinência de se adotar uma grelha nas audições, nomeadamente as audições a requerimento, que admita uma ronda inicial de “pergunta-resposta”, tendo o Senhor Deputado António Leitão Amaro defendido que seria recomendável, na próxima legislatura, adotar esta metodologia porque o escrutínio parlamentar sairia enriquecido.

Seguidamente, tomou a palavra o Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (NInsc) para defender que seria útil retomar os trabalhos do Grupo de Trabalho da Lei de Enquadramento Orçamental, pedindo o agendamento deste assunto na próxima reunião da Comissão.

O Senhor António Leitão Amaro (PSD) contrapropôs sugerindo que o assunto fosse discutido após a audição do Ministro das Finanças.

O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (NInsc) insistiu na necessidade de discutir o assunto já na próxima reunião mas o Senhor António Leitão Amaro (PSD) manteve a sua proposta afirmando que só se justificaria retomar este tema depois de ouvir o Ministro.

Não havendo outros assuntos a tratar, a Senhora Presidente deu por concluída a reunião.

A reunião foi encerrada às 15:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 02 de maio de 2019.

**A PRESIDENTE**

(Teresa Leal Coelho)

**Reunião de 2 de maio de 2019**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro  
António Leitão Amaro  
António Ventura  
Cecília Meireles  
Cristóvão Crespo  
Cristóvão Norte  
Duarte Pacheco  
Fernando Anastácio  
Fernando Rocha Andrade  
Hortense Martins  
Inês Domingos  
João Paulo Correia  
Leonel Costa  
Manuel Caldeira Cabral  
Margarida Marques  
Mariana Mortágua  
Nuno Sá  
Paulo Sá  
Paulo Trigo Pereira  
Sara Madruga da Costa  
Teresa Leal Coelho  
António Cardoso  
Liliana Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Silva  
Jamila Madeira  
João Pinho de Almeida